



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### VARA DO TRABALHO DE TANABI

Aos 28 dias do mês de outubro de 2016, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**, Vice-Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na unidade, conforme Edital CR nº 08/2016, divulgado em 06/09/2016 no DEJT (Edição 2059/2016 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 84). Presentes a Juíza Titular Scynthia Maria Sisti Tritão, o Juiz Substituto Auxiliar Renato Ferreira Franco e o Juiz Substituto Ricardo Philipe dos Santos. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Airton Sérgio Guastali e Ayrton Rocha.
<b>Jurisdição Atendida:</b>	BALSAMO, MACAUBAL, MIRASSOLANDIA, COSMORAMA, MONTE APRAZIVEL, TANABI, POLONI
<b>Lei de Criação:</b>	8.432/92
<b>Data de Instalação:</b>	04/07/1994
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	12/03/2014



### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTAO	26/02/2007

### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
17/10/2015 a 17/10/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
18/10/2015 a 18/10/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
19/11/2015 a 18/12/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
21/02/2016 a 21/02/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
05/03/2016 a 05/03/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
06/03/2016 a 06/03/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
21/04/2016 a 21/04/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
22/04/2016 a 22/04/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
23/04/2016 a 23/04/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
24/04/2016 a 24/04/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
18/05/2016 a 16/06/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
17/06/2016 a 17/06/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
28/06/2016 a 29/06/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
04/07/2016 a 05/07/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
18/07/2016 a 18/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/07/2016 a 19/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
20/07/2016 a 22/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
25/07/2016 a 29/07/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
01/08/2016 a 05/08/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
08/08/2016 a 11/08/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
20/08/2016 a 20/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
21/08/2016 a 21/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
27/08/2016 a 27/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
28/08/2016 a 28/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
01/10/2016 a 01/10/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
02/10/2016 a 02/10/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
15/10/2016 a 15/10/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
16/10/2016 a 16/10/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO



**2 - JUIZES AUXILIARES [01/10/2015 a 18/10/2016]:**

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
DIOGO GUERRA	19/09/2016 a 20/09/2016

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
MARCEL DE AVILA SOARES MARQUES	26/02/2016 a 26/02/2016

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
RENATO FERREIRA FRANCO	07/01/2015 a 19/12/2015
RENATO FERREIRA FRANCO	07/01/2016 a 19/10/2016

**Afastamentos:**

<b>PERÍODO</b>	<b>MOTIVO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
16/09/2015 a 15/10/2015	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
14/11/2015 a 14/11/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
15/11/2015 a 15/11/2015	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
10/02/2016 a 10/03/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
04/06/2016 a 04/06/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
05/06/2016 a 05/06/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
05/07/2016 a 08/07/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
12/08/2016 a 12/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
13/08/2016 a 13/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
14/08/2016 a 14/08/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
19/09/2016 a 19/10/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
RODRIGO FERNANDO SANITA	18/04/2016 a 20/04/2016

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [30/09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADRIANA JOSE DE OLIVEIRA CAVAGNA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	04/07/1994
ALINE MARTINS VERDI	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	25/09/2014
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA	AJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	24/09/1998
FRANCISCO ROBERTO SANTANA	AJ-OJA	-	29/04/2015
HUMBERTO DIAS LOURENCO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	04/12/2006
MARIA SHIMIZO	AJ-OJA	-	02/10/1997
MARLENE DA CUNHA CAMPOS MOURA	TJA	-	05/05/2008
MONICA GARCIA DE OLIVEIRA	AJJ	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	20/01/2014
RENAN CAMPOS GUTIERREZ	TJA	-	02/12/2014
SOLANGE APARECIDA LOPES	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	26/10/2012
SUELI TAKEMOTO	TJA	FC-04 CALCULISTA	25/02/1995
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>11</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>0</b>
<b>LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT</b>			<b>13-14 + 3 OJ</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	1
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	11
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	30
VIAGEM A SERVIÇO	6
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [30/09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
LUMA VEIGA BAROLI	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2015
WILIAN BERTOLDI MOTTA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2016



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [30/09/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

<b>JUIZES</b>	<b>HORAS</b>
RENATO FERREIRA FRANCO	140
SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTAO	96

<b>SERVIDORES</b>	<b>HORAS</b>
ADRIANA JOSE DE OLIVEIRA CAVAGNA	30
ALINE MARTINS VERDI	46
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA	60
FRANCISCO ROBERTO SANTANA	41
HUMBERTO DIAS LOURENCO	100
MARLENE DA CUNHA CAMPOS MOURA	138
RENAN CAMPOS GUTIERREZ	18
SOLANGE APARECIDA LOPES	190
SUELI TAKEMOTO	70



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência ou enc. da instrução	721	1.477
	Aguardando prolação de sentença	65	134
	Aguardando cumprimento de acordo	309	314
	Solucionados pendentes de finalização na fase	935	1.281
	<b>Subtotal</b>	<b>1.965</b>	<b>3.069</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	107	390
	Liquidados pendentes de finalização na fase	126	186
	<b>Subtotal</b>	<b>233</b>	<b>575</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	739	919
	Encerrados pendentes de finalização na fase	63	118
	<b>Subtotal</b>	<b>803</b>	<b>1.038</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	4	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	17	85
<b>TOTAL</b>		<b>3.001</b>	<b>4.682</b>



**5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2015 a 09/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>RESOLVIDOS</b>	<b>PENDENTES</b>
Embargos de declaração	105	105	15
Exceções de Incompetência	63	61	3
Antecipações de Tutela	438	446	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	42	50	9
Embargos à Execução	69	71	15
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	1	1	1
<b>TOTAIS</b>	<b>718</b>	<b>734</b>	<b>44</b>



**6 - RECURSOS [10/2015 a 09/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	666	678	1
Recurso Adesivo	139	138	2
Agravo de petição	41	41	4
Agravo de Instrumento	8	1	10
<b>TOTAIS</b>	<b>854</b>	<b>858</b>	<b>17</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	913	84	174
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.604	151	329
<b>Total / Média</b>	<b>2.517</b>	<b>127</b>	<b>292</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	898	88	176
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.537	157	326
<b>Total / Média</b>	<b>2.435</b>	<b>132</b>	<b>289</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	384	11	24
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	834	19	34
<b>Total / Média</b>	<b>1.218</b>	<b>17</b>	<b>32</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	87	96	210
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	292	93	234
<b>Total / Média</b>	<b>379</b>	<b>93</b>	<b>230</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP.
Do início ao encerramento da execução - ente privado	433	1.605	2.146
Do início ao encerramento da execução - ente público	157	546	1.254
<b>Total / Média</b>	<b>590</b>	<b>1.323</b>	<b>2.072</b>

\*Do início até a extinção da execução

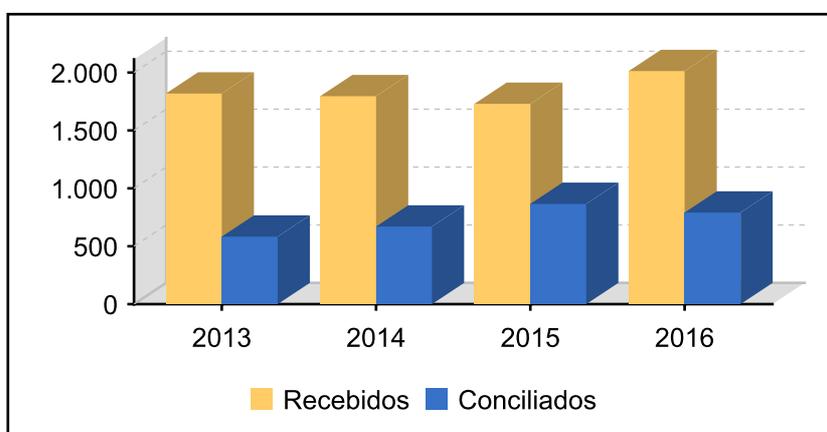


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

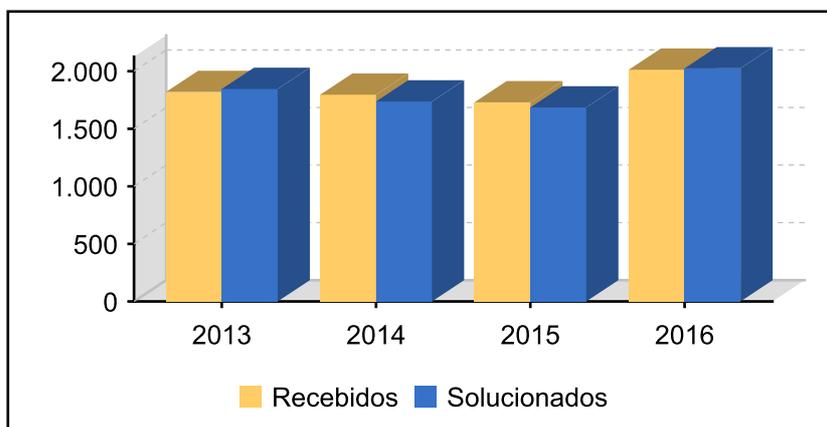
### 8.1 - Índice de conciliações [até 09/2016]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2013	1.819	583	32,05
2014	1.796	670	37,31
2015	1.730	866	50,06
2016	2.013	791	39,29



### 8.2 - Índice de soluções [até 09/2016]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2013	1.819	1.846	101,48
2014	1.796	1.737	96,71
2015	1.730	1.685	97,40
2016	2.013	2.025	100,60



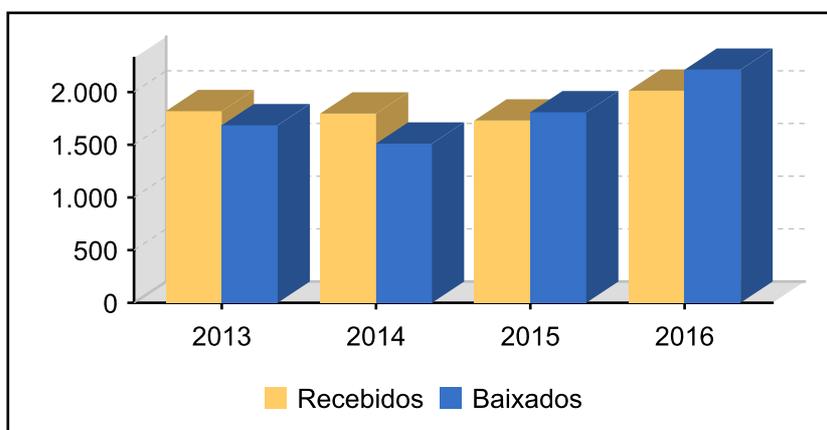


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

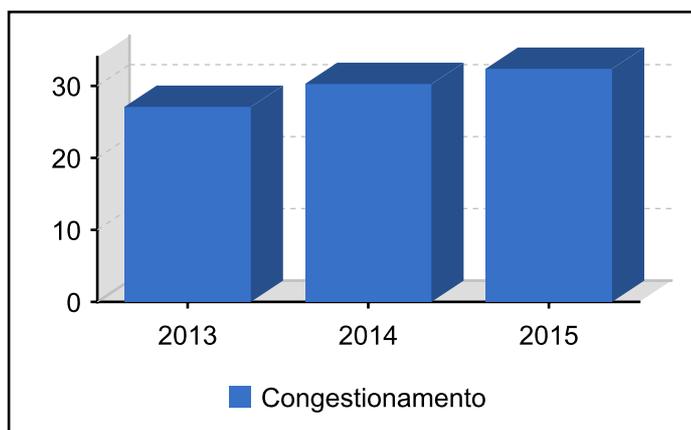
### 8.3 - Índice de baixas [até 09/2016]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2013	1.819	1.685	92,63
2014	1.796	1.511	84,13
2015	1.730	1.808	104,51
2016	2.013	2.212	109,89



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2013	713	1.819	1.846	27,09
2014	695	1.796	1.737	30,27
2015	762	1.730	1.685	32,38

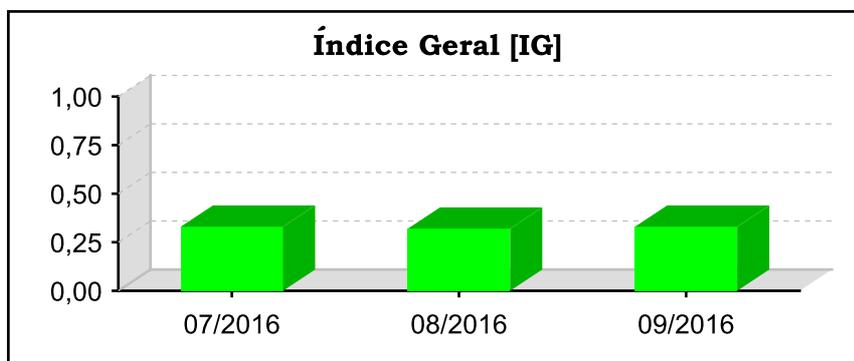
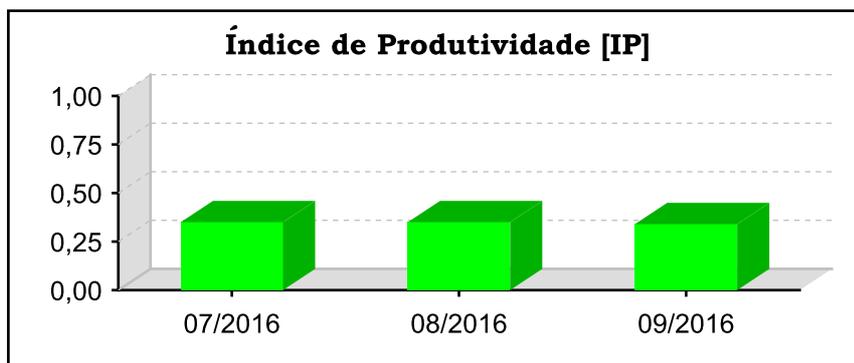
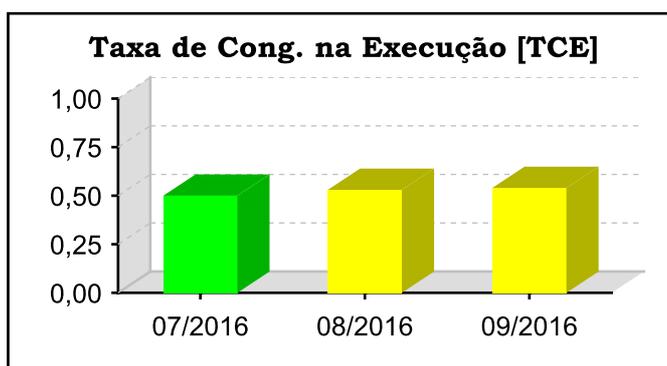
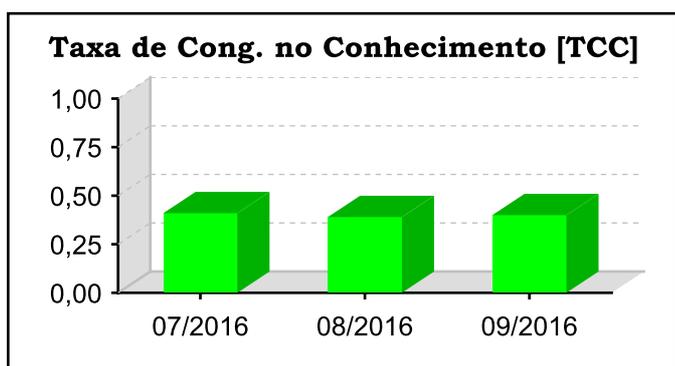




## 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
07/2016	0,41	0,50	0,35	0,33
08/2016	0,39	0,53	0,35	0,32
09/2016	0,40	0,54	0,34	0,33





## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.026	85,5	52,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	884	73,7	45,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.910	159,2	98,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	537	44,8	27,6
Incidentes Processuais Resolvidos	734	61,2	37,7
Dias-Juiz	584	48,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	29.690	65,1	44,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	28.677	62,9	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	58.367	128,0	86,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	10.160	22,3	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	19.324	42,4	28,6
Dias-Juiz	20.250	44,4	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	128.124	69,8	45,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	132.532	72,2	47,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	260.656	142,0	93,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.352	26,9	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	91.074	49,6	32,5
Dias-Juiz	84.050	45,8	---

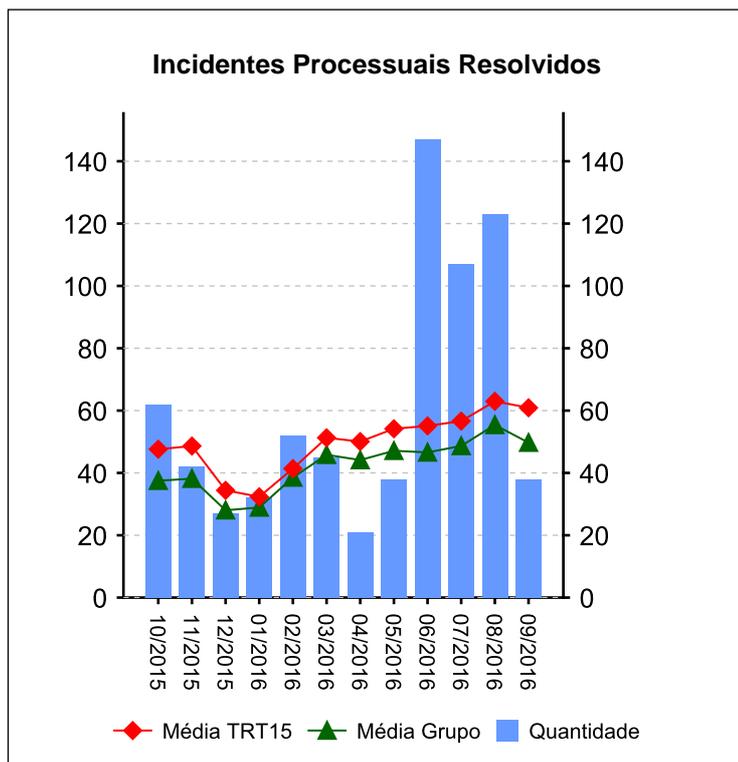
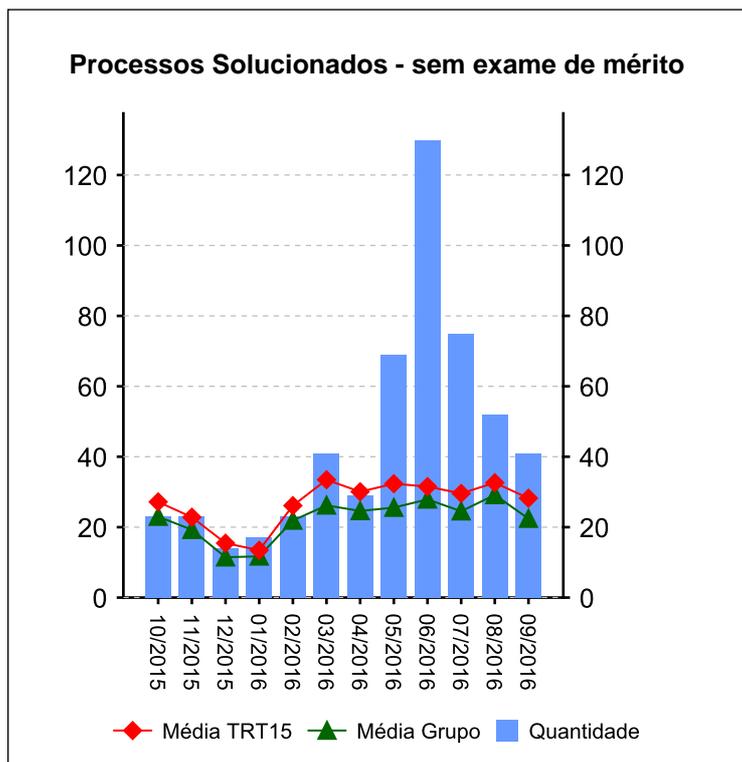
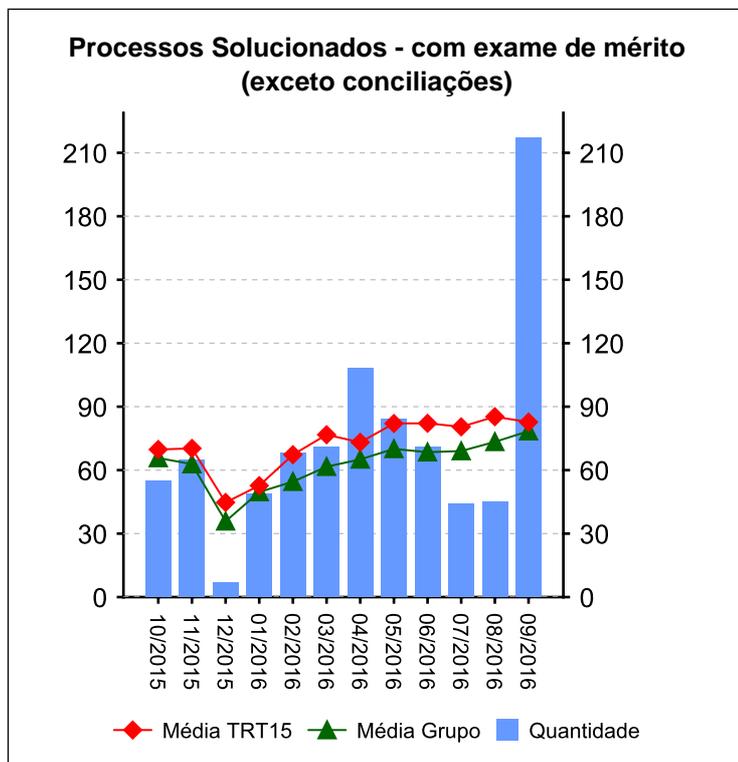
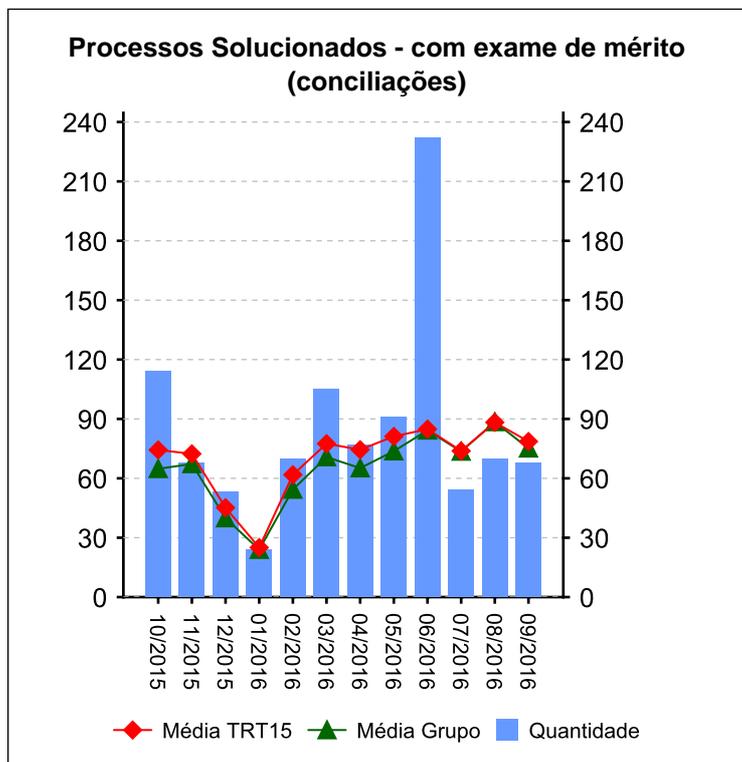
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Processos





## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	569	47,4	29,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	502	41,8	25,8
Sessões de audiência realizadas - una	1.390	115,8	71,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	190	15,8	9,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	356	29,7	18,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.892	157,7	97,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	546	45,5	28,0
Dias-Juiz	584	48,7	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	31.557	75,1	46,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	21.550	47,3	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	31.000	68,0	45,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	6.878	15,1	10,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	6.862	15,0	10,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	52.550	115,2	77,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	13.740	30,1	20,4
Dias-Juiz	20.250	44,4	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	127.741	75,0	45,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	88.514	48,2	31,6
Sessões de audiência realizadas - una	157.087	86,1	56,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	27.350	14,9	9,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.305	16,5	10,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	245.601	133,8	87,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	57.655	31,4	20,6
Dias-Juiz	84.050	45,8	---

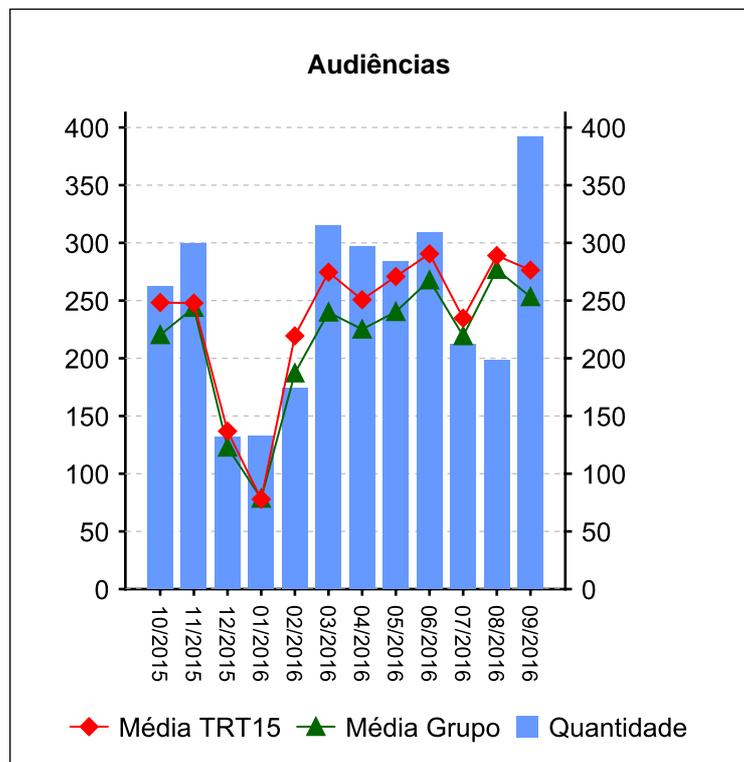
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



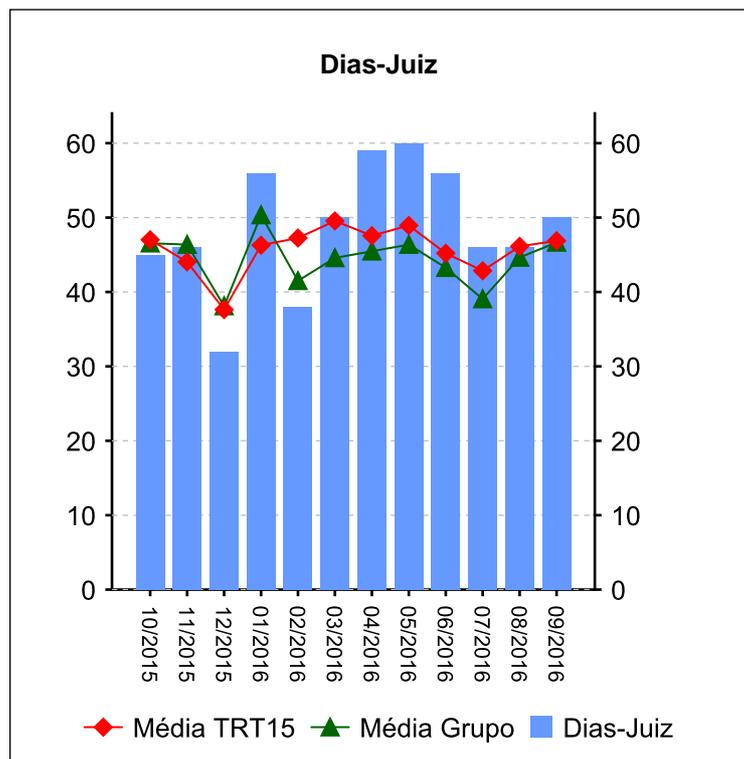
## 10 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS [10/2015 a 09/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2015	12	23	44	56	127	262
11/2015	35	103	33	30	98	299
12/2015	27	6	9	21	69	132
01/2016	4	1	18	21	89	133
02/2016	8	5	35	49	77	174
03/2016	17	25	54	50	169	315
04/2016	16	38	67	53	123	297
05/2016	11	31	81	49	112	284
06/2016	34	36	74	43	122	309
07/2016	5	42	59	45	61	212
08/2016	15	19	50	35	79	198
09/2016	6	27	45	50	264	392
<b>Total</b>	<b>190</b>	<b>356</b>	<b>569</b>	<b>502</b>	<b>1390</b>	<b>3007</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2015	45
11/2015	46
12/2015	32
01/2016	56
02/2016	38
03/2016	50
04/2016	59
05/2016	60
06/2016	56
07/2016	46
08/2016	46
09/2016	50
<b>Média Mensal</b>	<b>48,7</b>



### 11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1730	1685	45	144	140	97 %

#### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013

Processos distribuídos até 31/12/2013	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1819	1637	1829	0	140	51	36 %	100 %

#### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
664	1006	0	55	84	100 %



### 11 - METAS NACIONAIS [01/2015 a 12/2015]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Processos pendentes em 31/12/2012	Processos solucionados a partir de 01/01/2013	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
1	4	0	0	100 %

#### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 1% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2015	Meta	Grau de Cumprimento
130	153	129	81,0 %



**12 - ARRECADAÇÃO [10/2015 a 09/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 166.565,71	R\$ 28.783,24	R\$ 38,71	R\$ 1.725.019,53



### 13 – ACERVO DA UNIDADE:

#### 13.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

	<b>PJe*</b>		<b>SAP**</b>
Data de corte:	04/09/2016	Data de corte:	04/09/2016
Saldo:	45	Saldo:	13
		<b>Total:</b>	<b>58</b>

\*Consulta realizada no dia 19/10/2016, entre 14h/15h.

\*\*Consulta realizada no dia 19/10/2016, às 12h31.

#### 13.2 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS (informação da Unidade em 06/10/2016):

**A)** Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

**Não há.**

**B)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

**Não há.**

**C)** Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

<b>OFICIAL DE JUSTIÇA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>DATA MAIS ANTIGA</b>
MARIA SHIMIZO	1	20/09/2016
FRANCISCO ROBERTO SANTANA	1	20/09/2016
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	-

### 14 – INFORMAÇÕES SOBRE PLANO DE AÇÃO:

Não há plano de ação na Unidade por não haver saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias, como registrado no item anterior. Além disso, o Mapeamento Global de Desempenho (MGD), com dados apurados até 31/09/2016, demonstrou que a Vara do Trabalho de Tanabi tem índice geral 0,33, o que por si só demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e de trabalho, motivo pelo qual são consignados elogios.



Anteriormente à correição, foi realizada reunião virtual com ao menos um dos membros do trio gerencial da Unidade para esclarecer e orientar sobre a elaboração do plano de ação. O objetivo é, com base no método 5W2H e análise do ciclo PDCA, desenvolver competências na equipe quanto à gestão de processos.

### **15 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, verificou-se que o Juízo:

**15.1** - pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n.ºs 0011525-91.2015.5.15.0104; 0011098-94.2015.5.15.0104; e 0010751-27.2016.5.15.0104.

**15.2** - faz uso dos sistemas BACENJUD (em consulta em 19/1/2016, verificou-se a existência de 700 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências), INFOJUD e demais convênios; eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata;

**15.3** - ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

**15.4** - não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora;

**15.5** - realiza audiências em 5 dias da semana, segundo consulta ao Pje no período de 19/10/2016 a 31/03/2017;

**15.6** - inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 356 no período de 10/2015 a 09/2016;

**15.7** - exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.



Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

## **16 – PRODUTIVIDADE DA VARA**

### **16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS**

O mapeamento global de desempenho (MGD), criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

Para que se entendam os índices comparáveis que compõem o MGD, é trazida, como exemplo, a análise dos processos pendentes de solução. A Unidade apresenta índice de 0,26 nos processos pendentes de solução. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Tanabi apresenta 26% do maior saldo de processos pendentes.

Além disso, conforme item 10 da presente Ata, a Unidade manteve-se acima da média do grupo para a quantidade de “Dias-Juiz” nos últimos meses, assim como a quantidade de processos solucionados com exame de mérito (média mensal de 98,1) enquanto a média de referido grupo (86,5), e ainda da média do Tribunal (93,0).

Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, sendo que apenas as Metas 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 1% o prazo médio do conhecimento) e 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no



ano) não foram atingidas, tendo índice de cumprimento de 81% e 97%, respectivamente (item 11).

O Exmo. Desembargador Vice-Corregedor Regional consigna seus elogios à MMA. Juíza Titular e aos MMos Juizes Auxiliares pela busca da célere prestação jurisdicional e pelos resultados já alcançados.

## 16.2 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJE realizada em 19/10/2016, às 14h, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DATA	QUANTIDADE DE AÇÕES AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA
INICIAL	29/03/2017	53
UNA	06/04/2017	2
INSTRUÇÃO	23/02/2017	-

O Juízo adota pauta manual, com triagem para elaboração de pauta inteligente. São realizadas audiências de 2ª a 6ª feira, distribuídas assim: segunda e terça-feira – período da tarde: 4 iniciais, 5 unas, 3 instruções; quarta-feira – período da manhã: 8 tentativas de conciliação na execução e ou liquidação, período da tarde: 4 iniciais, 5 unas, 3 instruções; quinta-feira – período da tarde: 4 iniciais, 5 unas, 3 instruções e 6ª feira, 12 unas e ou iniciais de feitos submetidos ao rito sumaríssimo. Registra-se que as audiências dos processos submetidos ao rito sumaríssimo estão sendo designadas para 25/01/2017.

Observando o gráfico no Item 10, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/09/2016, tem alta produtividade de audiências (157,7) se comparada com a média do grupo (115,2), bem como da média do TRT (133,8), resultado esse compatível com a quantidade “Dias-Juiz” que a Unidade apresentou no período.

Exmo. Desembargador Vice-Corregedor Regional consigna seus elogios à MMA. Juíza Titular e aos MM. Juizes Auxiliares pelos resultados alcançados.

## 17 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou



bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição de São José do Rio Preto n.ºs 08,09 e 10 de 2015, bem como nas de n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 10, 11 e 12 de 2016.

Na mesma oportunidade constatou-se que houve a retirada de bens das hastas unificadas n.ºs 09 e 10 de 2015 e n.º 04 de 2016.

## **18 - RECOMENDAÇÕES:**

**18.1** – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR n.º 07/2012, que quando a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas ficar sob responsabilidade dos assistentes de juiz, a ordem judicial nelas contida seja cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

**18.2** – que, além dos agrupadores, a Unidade utilize os filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

**18.3** – que a MMa. Juíza verifique a viabilidade de atendimento à Recomendação GP-SS n.º 01/2014 (Pausas em trabalho com movimentos repetitivos e esforço visual);

**18.4** – recomenda-se que a Unidade determine a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência de sua(s) responsabilidade(s) executiva(s) secundária(s), com fulcro na alínea “g” do inciso V do art. 26 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

## **19 - DETERMINAÇÕES:**

**19.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para a respectiva unidade da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Ofício Circular TST.GP n.º 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011;



**19.2** – dar prioridade à utilização do malote digital, correio eletrônico, canal Diretor e o mensageiro instantâneo PSI, em detrimento do uso de telefone para fins de redução dos gastos com telefonia e papel;

**19.3** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas, que repercutem em considerável parcela de jurisdicionados e versem sobre trabalho infantil e escravo, respectivamente;

**19.4** – cumprir integralmente o Provimento GP-CR nº 05/2015, o Provimento GP-CR nº 03/2014 (Alterado pelo Provimento GP-CR nº 04/2015), o Ato GP-CR Nº 05/2015, a Ordem de Serviço nº 01/2015 e a Ordem de Serviço nº 03/2015, especialmente: **a) o item IV da Ordem de Serviço nº 01/2015 (CCS e o Simba)**, que estabelece: **“IV - A atuação do GIE - Grupo Interno de Execução das Varas (art. 2º, IX, Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012) deve ser planejada em estrita consonância com o trabalho dos Oficiais de Justiça, cabendo a estes a realização da pesquisa básica de bens dos devedores indicados no Mandado, utilizando as ferramentas eletrônicas Infojud, Renajud, Arisp, Bacenjud etc. Os GIEs são responsáveis, especialmente, pela pesquisa prévia de dados de devedores no sistema EXE15, análise atenta das certidões dos oficiais de justiça, elaboração de minutas que visem declarar nulidades de transferências patrimoniais e inclusão de devedores no polo passivo da execução, identificados por meio das pesquisas com o CCS e o Simba”;** **b) item VI da Ordem de Serviço nº 01/2015 (SERASA)**, que dispõe: **“VI - A utilização do convênio com a empresa SERASA, quando em operação, será feita pelo Grupo Interno da Execução, no mesmo momento da inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas”;**

**19.5** – proceder à regular habilitação do GIE e dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

**19.6** – observar integralmente a alínea “h”, inciso V, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, que dispõe: “V – Distribuído o mandado, caberá ao Oficial de Justiça: h) o cadastramento no sistema informatizado da penhora efetivada e/ou a inclusão da certidão circunstanciada que relate informações das diligências realizadas, destacando se as pesquisas levaram à conclusão inicial de que o devedor é insolvente”;

**19.7** – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela



celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado nos processos n.ºs 0011743-22.2015.5.15.0104; e 0001226-31.2010.5.15.0104;

**19.8** – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR N° 03/2014, de 22 de setembro de 2014 e no item III da Ordem de Serviço CR n° 03/2015, e o registro do acordo/remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta.

## **20 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Não houve

## **21 – CONSTATAÇÕES:**

Foram realizadas reuniões com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução, e com a Sra. Diretora da Unidade, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); gestão da Unidade a partir de processos e não petições; elaboração de plano de ação, observando o método 5W2H e o ciclo PDCA; gestão compartilhada da Unidade com colaboração dos orientadores de equipes; pauta inteligente; pré-análise da regularidade dos processos em pauta para evitar a redesignação de audiências; triagem das petições iniciais; procedimento concentrado das perícias – delegar ao perito a gestão das manifestações sobre o laudo; lançamento da ocorrência PAN e encaminhamento do processo para prolação de sentença; audiência de mediação; JURISCALC; homologação otimizada dos cálculos; gestão customizada dos processos em liquidação, considerando as características das empresas executadas; migração de processos físicos para PJe; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; detalhamento dos procedimentos a serem utilizados pelo GIE e esclarecimentos sobre o MGD.

Em relação à gestão de processos de trabalho, ressalta-se que a Unidade deve abster-se de manter livros de recibos de petições e outros expedientes. O controle deverá ser realizado exclusivamente por arquivos eletrônicos, restando dispensados controles impressos, especialmente em razão da necessária economia de investimento em papel devido à restrição orçamentária.



Da mesma forma, resta dispensado o protocolo de documentos de terceiros que não impliquem em acompanhamento de prazo legal, como é o caso das respostas de instituições financeiras acerca de bloqueios ou desbloqueios efetivados. Esses documentos podem diretamente serem incluídos nos autos, sendo desnecessário comprovar o dia em que foram trazidos à Justiça, em razão do seu caráter meramente informativo.

Em relação à migração para o processo eletrônico, orienta-se que, ao transitarem em julgado os feitos em tramitação física, cabem à equipe de conhecimento os procedimentos necessários para a migração, conforme modelagem sobre o fluxo do processo de trabalho na primeira instância. Aos assistentes de cálculo caberá a migração daqueles processos em que minutarem a sentença homologatória dos cálculos, conforme Provimento GP VPJ CR 05/2012.

Considerando os relatos e os esclarecimentos obtidos nas reuniões, a Corregedoria sugere a adoção das seguintes práticas: **a)** Diante do previsto no inciso V do art. 246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC) e tendo em vista a celeridade processual, sugere-se que os Oficiais de Justiça compartilhem os endereços eletrônicos obtidos através de contato com empresas demandadas a fim de viabilizar a intimação inicial por meio eletrônico, desde que acordada entre as partes, com o objetivo de otimizar procedimentos processuais. A mesma providência poderá ser tomada em relação à citação dos Municípios, podendo, se houver consenso com o órgão público, ser utilizada a intimação eletrônica; **b)** Orienta-se para que haja cautela com as notificações devolvidas, devendo preencher a vaga da pauta com outro processo e, posteriormente, buscar a melhor solução, evitando-se o cumprimento por Oficiais de Justiça, a fim de que estes possam dedicar o tempo precioso na busca de bens para satisfazer a execução.

As reuniões demonstraram que a unidade já adota boas práticas como o controle de perícias, intimação de testemunhas e anotações de CTPS, as quais, inclusive, são anotadas em audiência. Revelou ainda que a pauta é inteligente e customizada por empresas, por valor e até por matéria, o que permite concentrar essas demandas no mesmo dia. Na liquidação há projeto de implementar a mediação nos processos baixados do TRT, com previsão de início para o próximo ano. Atualmente, somente os cálculos com sérias divergências são remetidos ao perito contábil, cujos laudos são homologados tão logo recebidos. Com relação a execução frisou-se que as ferramentas eletrônicas devem, sempre, ficar a cargo dos oficiais de justiça, a quem compete definir



o bem que será penhorado. Sugere-se que seja aperfeiçoado o procedimento de controle de perícias e notificações endereçadas ao reclamante quando da liberação de valores.

Registra-se que, aparentemente, há ótima integração entre os servidores, o que propicia um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para a qualidade de vida de seus integrantes.

O Exmo. Vice-Corregedor Regional consigna seus elogios à Sra. Diretora e a todos os servidores pela dedicação e comprometimento, sem o que certamente não seria possível obter os expressivos índices de produtividade.

## **22 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**22.1** – a MMA. Juíza Titular reside na jurisdição da Unidade.

**22.2** – o MM. Juiz Substituto Auxiliar, Renato Ferreira Franco, e o MM. Juiz Substituto, Ricardo Philipe dos Santos, residem na sede da circunscrição da Unidade – São José do Rio Preto.

**22.3** – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foi expedido ofício à OAB local;

**22.4** – Registra-se que o quadro de pessoal foi alterado com a entrada em exercício dos servidores Wagner Antonio Cristal Junqueira, Wellington de Alcantara e Wellington Zanucoli Isaac

## **23 – ENCERRAMENTO:**

No dia 28 de outubro de 2016, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Regional e publicada na Imprensa Oficial.

**MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA**  
**Desembargador Vice-Corregedor Regional**